



Sessão temática: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Mesa coordenada O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções

EXPRESSÕES DA RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: O PROJETO DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

MARIA ROSÂNGELA BATISTONI¹
ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO²
GRAZIELA SCHEFFER MACHADO³

Resumo: A presente comunicação demarca os subprojetos de pesquisa de algumas das expressões significativas do Movimento de Reconceituação no Brasil, apreendidas no lapso temporal de 1960 a 1980, com ênfase na análise do *Projeto Profissional* da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais/Belo Horizonte. Apresenta os eixos, pressupostos e caminhos investigativos na apreensão de suas bases sociopolíticas, privilegiando suas concepções teórico-metodológicas norteadoras, seus vínculos com as forças contestadoras da profissão nos países de língua hispânica. Destaca o conhecido “Método-BH”, bem como o projeto de reestruturação da formação efetivado na Escola e seus desdobramentos para o Serviço Social.

Palavras chaves: Reconceituação no Brasil; Formação Acadêmico Profissional; “Método BH”, Fundamentos do Serviço Social .

Resumen: Esta comunicación demarca los sub-proyectos de investigación de algunas de las expresiones significativas del Movimiento de Reconceptualización en Brasil, dentro del lapso temporal de 1960 a 1980, enfatizando el análisis del *Proyecto Profesional* de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Católica de Minas Gerais/ Belo Horizonte. Muestra los ejes, presupuestos y caminos investigativos construidos para la aprensión de sus bases sociopolíticas, privilegiando las concepciones teórico metodológicas, y los vínculos con las fuerzas contestatarias de la profesión en los países de lengua hispánica. Destaca el conocido “Método BH”, así como el proyecto de restructuración de la enseñanza efectuada en la Escuela y sus desdoblamiento para el Trabajo Social.

Palabras claves: Reconceptualización en Brasil; Formación Académica Profesional; “Método BH”; Fundamentos del Trabajo Social.

1 INTRODUÇÃO

O resgate histórico de algumas das expressões significativas e exemplares da Reconceituação no Brasil, apreendidas no período de 1960 a 1980, desenvolve-se através de três subprojetos, parte da pesquisa coletiva *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e*

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de São Paulo.
E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Professora com formação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória, articulando pesquisadores latino americanos e europeus numa rede internacional. Os subprojetos em tela são unificados na particularidade nacional do Movimento, o que pressupõe historicizá-lo face ao significado econômico-social da Ditadura Civil Militar (1964-1985) no país, em sua constituição, crise e desdobramentos na “transição democrática”, bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras.⁴ Recorrendo a fontes documentais, localizadas em acervos universitários, institucionais e particulares, coleta de depoimentos e outros meios investigativos, as pesquisas em andamento são direcionadas a desvendar processos ainda não abordados ou adensar análises de eixos e temas de relevância histórica e teórica sugeridos em outros estudos acerca da reconceituação no Brasil, Buscam apreender os antecedentes sócio-históricos, as preocupações e concepções teórico metodológicas, as propostas pedagógicas de formação, as articulações com as experiências e organizações dos países de língua hispânica, suas influências e desdobramentos para o Serviço Social.

Trata-se de projetos que analisam experiências e posições em confluência e em oposição na tensa disputa teórica e ideológica dos rumos da profissão. Assumem, portanto, o desafio investigativo partilhado do resgate de parte da história recente da profissão no país, contribuindo para adensar os estudos na área de “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”, na crítica radical ao conservadorismo, à incorporação da tradição marxista marcada por equívocos e fragilidades, reafirmando a necessária incontestável interlocução do Serviço Social e marxismo.

Para melhor expor e situar os pressupostos do conjunto da pesquisa sobre a reconceituação no Brasil, faz-se necessário retomar alguns traços e elementos gerais da reconceituação latino-americana. Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente, - a partir da experiência cubana de 1959 - que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da guerra fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Processos que tensionados por lutas e

4 Esta é uma premissa de análise que, nos limites do texto, será apenas referida em algumas de suas fontes. Entre outros: Ianni (1981); Fernandes (1976); Paulo Netto (1991, 2014); Alves (1987).

movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas Universidades, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial demarcando expansão e crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina.

Estes processos societários e suas mediações históricas e geopolíticas provocaram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina (NETTO,1992) e determinaram as bases condensadas pelo movimento de reconceituação num amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), com diferenças nos vários países.

Os eixos de preocupações fundamentais do movimento e que assentam *sua unidade* são analisados por lamamoto (1998; 2015), sintetizados nos seguintes pontos: 1) *a busca de construção um novo Serviço Social /Trabajo Social latino-americano*, enraizado em seus processos sócio-históricos, capaz de decifrar os rumos de sua condição de dependência com os países centrais e de contextualizar a inserção profissional; 2) *esforços de reconstrução do próprio Serviço Social, na recusa e crítica ao tradicionalismo*, denunciando a sua pretensa neutralidade político-ideológica e debilidade teórica; 3) *necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social*;4) *afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social*, numa explícita politização da ação profissional; 5) *reestruturação da formação profissional na articulação ensino, investigação e prática profissional*, evidenciando serem as escolas universitárias o principal *lócus da reconceituação*.

No plano da orientação teórica e metodológica, o movimento conformou-se com base eclética e heterogênea; inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas e identificado com o universo do amplo “pensamento crítico”, alcançou as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista, processos analisados por Paulo Netto (1992), lamamoto (1998) e Quiroga (1989). Orientações que são constitutivas em algumas das principais expressões da Reconceituação no Brasil, como são analisadas no nos projetos de pesquisa apresentados a seguir.

Os dois subprojetos citados a seguir, são aqui apresentados em traços gerais conforme sínteses elaboradas pelas respectivas equipes de pesquisadoras responsáveis. O subprojeto “O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais)”, tem como objetivos: resgatar e analisar criticamente o significado histórico e a contribuição teórica do CBCISS e ampliar a investigação e a reflexão acerca da renovação do Serviço Social brasileiro e as repercussões da Reconceituação. Sendo o CBCISS uma instituição sem participação direta na formação profissional, protagonizou nos anos de 1960/1970 quase exclusivamente, não só a organização das produções sobre a sistematização da prática e da formação profissionais, como também foi responsável pela divulgação do material coletado em âmbito mundial. Nesta fase da pesquisa foi estudado o o *Documento de Araxá* , elaborado pelo I Seminário de Teorização do Serviço Social, sustentado em suas mediações determinantes, possíveis em face do acúmulo teórico-metodológico alcançado na esteira da “intenção de ruptura”, haja vista o Documento de Araxá ser a expressão da contradição entre modernidade e tradicionalismo no Serviço Social (NETTO, 1994). A investigação gerou informações que, analisados qualitativamente, sustentam a hipótese de que, tanto o trabalho do assistente social, quanto a formação profissional, são crivados por tensões e projetos sociais distintos, com enfrentamentos historicamente demarcados na busca pela hegemonia, que objetam ou conformam o contexto de modernização conservadora predominante no Brasil, no período estudado, em face da Ditadura Civil Militar. A análise do documento ampliou a hipótese da pesquisa e demonstrou que o CBCISS, no período analisado, constituiu-se em instrumento institucional, formal, sistemático, operacional e legal, em face das condições impostas pela autocracia burguesa, de oposição às raízes do Movimento de Reconceituação no Brasil. As conclusões parciais da investigação podem ser assim sintetizadas:

1 – O CBCISS fez parte do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil em oposição ao lastro cultural e crítico dos segmentos democráticos e progressistas que antecederam ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Por conseguinte, apartado dos interesses políticos e sociais das camadas

subalternizadas da população, em detrimento dos interesses e expectativas do capital internacional, geridos na lógica da modernização conservadora;

2 – Ao interpor os objetivos profissionais constantes no Documento de Araxá, os assistentes sociais devem superar a mera execução de políticas sociais e criar condições para a planejá-las e administrá-las. As funções da profissão também são revistas e gravitam em torno das políticas sociais, do planejamento e da administração dos serviços. Não obstante, esse quadro técnico contempla a funcionalidade requerida pelo Estado autocrático burguês, imprescindível para o bem comum com o pressuposto de autoridade e, segundo os princípios neotomistas, toda autoridade é derivada do Senhor, logo é boa e não deve ser questionada. A relação entre Igreja e Estado, fé e razão são harmônicas (AGUIAR, 2011). Como? Via estruturalismo.

3 – O estruturalismo é o recurso da base “científica” do *Documento de Araxá*. Suas bases formais, abstratas, subjetivas e despolitizadas são essenciais para proceder a adaptação e integração de indivíduos, grupos e comunidade às mudanças necessárias à autocracia burguesa para o desenvolvimento econômico em detrimento do social.

4 – O CBCISS cumpriu pois, a função de organizar estruturalmente a profissão para minar forças e resistências democráticas oponentes ao modelo vigente.

O subprojeto “Serviço Social, memória e Reconceituação latino-americana: antecedentes e expressões na escola de Porto Alegre” tem como objetivo analisar das particularidades da profissão no Rio Grande do Sul (RS). O estudo teve base nos documentos da escola de Porto Alegre e análise de 517 trabalhos de conclusão de curso que abrangem o período de 1948-1975. A primeira etapa da pesquisa, realizada em 2017, priorizou o estudo dos seus antecedentes, concluindo que a reconceituação na Escola se originou da constituição de duas tendências de renovação profissional nos anos 1955-1965, enraizadas no processo de radicalização do trabalhismo nacionalista de traços anti-imperialistas nos governos municipal e estadual de Leonel Brizola. A saber:

- tendência estrutural participativa marcada pela influência do pensamento cepalino, integrando DC, planejamento, política social e técnicas de mobilização e participação social;
- a tendência pedagógica cultural com a incidência do pensamento católico francês, articulando abordagens grupais, DC com ênfase

educativa a partir do pensamento de Paulo Freire e Ernani Fiori. Foi a partir desse grupo de professores gaúchos em articulação com colegas uruguaios e argentinos que deram origem aos encontros latino americanos impulsor do Movimento de Reconceituação Latino-Americana que abrangeu 1965-1975. Na segunda etapa da investigação, realizada em 2018, verificou-se que a Escola de Porto Alegre passou por 3 fases sob a Ditadura Militar. A 1ª fase (1965-68) foi da criação/expansão da vertente “reformismo reconceituador”, denominação definida pelas pesquisadoras. A emergência dessa vertente surge no contexto repressivo da Operação Limpeza, onde o segmento profissional mais atingido foi os integrantes tendência pedagógica cultural, devido seus vínculos com os movimentos sociais das Reformas de Base. Esse cerco repressivo sob a atuação desses profissionais acarretou numa diminuição do debate anticapitalista de Mounier, mantendo no seu interior as teses cepalinas, articuladas ao pensamento cristão desenvolvimentista do Pe.Lebret e o educacional das primeiras elaborações de Paulo Freire. Essa vertente teve sua origem na escola a partir do Primeiro Seminário Latino-americano (1965), fruto da articulação latino-americana dos docentes gaúchos com os argentinos e os uruguaios, que se constituíram na denominada “Geração 65”. A vertente representou na escola a fusão das tendências renovadoras pré-64 (estrutural participativa e pedagógica cultural) unificada pelo trabalhismo e na ideologia nacional -desenvolvimentista. Na 2ª fase (1969-77) crise e declínio da vertente “reformista reconceituador”. Corresponde ao período sob a vigência do AI-5, na generalização do terrorismo do Estado brasileiro. Neste momento, a vertente “reformista desenvolvimentista” sofre influência norte-americana, esta combinada com a tendência da modernização conservadora, contidas nos Documentos de Araxá e Teresópolis. A 3ª fase (1978-85) se caracterizasse na reorganização das vertentes na Escola de Serviço Social e na busca da retomada da unidade latino-americana. O período está vinculado ao processo de democratização da sociedade brasileira, cujo impacto na escola levou a rearticulação de duas vertentes distintas: a primeira, ligada ao legado de Mounier, do existencialismo cristão, o qual se alinhou ao debate da vertente de “Reatualização Conservadora”, analisada por Netto (1994). A segunda, faz a retomada das expressões reconceituadoras do debate da unidade latino-americana, por meio da rearticulação política dos

organismos de base nacional, principalmente pela via do Sindicato dos Assistentes Sociais de Porto Alegre (1977) cujo manifesto das entidades gaúchas foi publicado na Revista Acción 3 intitulado “Documento de Porto Alegre”. Esse documento propunha uma organização sindical de cunho continental. A partir de 1977, Seno Cornely, protagonista e uma das principais referências do de todo processo, assume a presidência da *Asociación Latinoamericana de Escuelas en Trabajo Social* (ALAETS). Essa parte do estudo será realizado em 2019.

O terceiro subprojeto “O Movimento de Reconceituação no Brasil: O *projeto profissional* da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais(1964-1980” é o foco principal de análise dessa comunicação.

2 EIXOS E CAMINHOS DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA: O PROJETO PROFISSIONAL DA ESCOLA MINEIRA

No Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expresso nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), com traços de funcionalidade com o regime autocrático, como também são analisados nos dois subprojetos já referidos. No entanto, o caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio históricos surge aqui em toda sua efetividade:

[...] Instaurando condições para a formulação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (PAULO NETTO, 1991, p.129, grifo nosso).

Assim, desenvolveu-se a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais⁵ que no contexto do regime autocrático, um núcleo de *oposição e contestação*, sob os influxos das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceituação, tal como nos países de língua hispânica,

5 As fontes sobre a experiência da escola de Belo Horizonte,- documentos elaborados entre 1971 e 1976 – são pouco conhecidos. Refiro-me em especial a: “La relacion “teoria-pratica” em Trabajo Social, publicado em Quiroga (Org.) (1973-a); “Uma proposta de reestruturação da formação profissional” em Quiroga, Org.(1973 b) e “Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais” – este último resgatado por Lima (1982). Há inúmeros registros e documentos a serem organizados que encontram-se em arquivos pessoais de algumas de suas protagonistas.

tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora de *intenção de ruptura* no Brasil, como qualifica Netto:

[...] uma alternativa global ao tradicionalismo [...], foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de práticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, *ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional*, abrangente oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social (PAULO NETTO, 1991, p. 276-277, grifo nosso).

A experiência da Escola mineira emergiu na primeira metade dos anos de 1970, no imediato após o Ato Institucional nº5 (AI-5), contexto em que a repressão e violência policial militar institucionalizaram-se em todo seu alcance nos poros do Estado, estendendo-se para a sociedade civil. O regime político civil-militar compeliu as forças sociais e políticas democráticas e da esquerda sobreviventes, ao isolamento, à prática de resistência fragmentada, clandestina, residual e molecular. Livre de qualquer contestação, a ditadura militar garantiu as condições sob as quais o grande capital monopolista, nacional e estrangeiro, alcançasse as mais altas taxas de lucros, - “uma espécie de mais-valia extraordinária” - com a superexploração dos trabalhadores nos termos de IANNI, (1981, p.79).

Os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura inviabilizaram a ressonância e difusão do projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte junto a outras escolas e organismos da categoria no país, permanecendo isolada até o fim da década. Mas suas formulações ganharam ampla visibilidade no meio acadêmico-profissional latino-americano, afirmando-se como *uma de suas referências* exemplares, dada a sintonia com a *feição crítica* da reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina. A vinculação com a reconceituação nos países de língua hispânica *foi intencionalmente buscada* pelo corpo docente da Escola de BH, como registram documentos e entrevistas (IAMAMOTO e LIMA SANTOS, 2007).

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórico-metodológica (“Método BH”), quanto da reestruturação curricular da formação, com experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas

preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem mecanismos institucionais da universidade e determinados espaços do exercício profissional.

Uma das hipóteses orientadora de pesquisa é de que a formulação curricular para a graduação em Serviço Social da ESS/UCMG, em seu caráter inovador, constitui-se em um *núcleo gerador* dos futuros projetos pedagógicos de formação acadêmico profissional direcionados pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social/ABESS nos anos de 1980 e 1990. Essa argumentação e seu estudo encontra-se em andamento, portanto nessa exposição é apresentada apenas na formulação de escola mineira.

Na compreensão dos antecedentes e das bases sócio políticas da experiência da ESS/UCMG, situa-se a dinâmica da *política* e da *cultura* no período de 1964-1968, período em que passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, as lideranças democráticas comprometidas com as forças populares e de esquerda buscaram estratégias de rearticulação para confrontar o regime. Ao tempo em que o “modelo econômico”, assentado no fim da estabilidade do emprego e uma política salarial depressiva (*o arrocho salarial*) atingiram os trabalhadores em suas condições imediatas de trabalho e de vida, desdobrando-se ainda em insatisfação na pequena burguesia urbana, que teve no movimento estudantil universitário, sua manifestação mais visível.

A inquietude e explosão contestatória evidenciou o florescimento de uma *cultura predominantemente de esquerda*, em todas as suas expressões (na literatura, no cinema, na música, na emergência de movimentos culturais), repercutindo na particularidade da conjuntura nacional os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana. (NETTO: 2014:111-118).

No âmbito das universidades, desde meados dos anos de 1950 evidenciara-se uma aberta *politização* dos intelectuais, sintonizada às lutas sociais e à democratização em curso, destacando-se a luta em defesa da *escola pública* e o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. No imediato pós-golpe, o regime realizara o controle e destruição das organizações de docentes, pesquisadores estudantes, bem como de experiências e alternativas destinadas a democratizar os sistemas e processos educacionais, vinculando-as às

necessidades da massa da população.⁶ No entanto, entre 1964-1968, o sistema educacional e universitário constituía um dos flancos vulneráveis e abertos ao apelo político contra a ditadura militar. Só a partir de 1968-1969, o regime autocrático golpeia o conjunto das instituições do sistema educacional, instaurando a sua política de educação compatível ao conjunto da política social da ditadura, funcional ao “modelo econômico”, iniciando pelas universidades, associadas à outras medidas de forte repressão⁷. A radicalização à esquerda também se efetivou nas ciências sociais, beneficiando-se da interlocução com autores marxistas, mas não só, e na definição do seu papel face à realidade subdesenvolvida e dependente da América Latina.

Belo Horizonte - região metropolitana em ampla industrialização e modernização desde meados dos anos de 1950 foi campo político das elites reacionárias articuladoras do golpe de 1964, como analisa Starling (1986), mas na contra tendência foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais, com a existência de uma forte tradição estudantil – democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas. Foi na capital mineira que se deu de início a influência das ideias do filósofo Pe. Henrique Vaz de Lima (teólogo jesuíta, estudioso da filosofia hegeliana e marxista, divulgador da *Revue d'Action Populaire*, publicada pelos jesuítas franceses) junto aos militantes da Juventude Universitária Católica – JUC que deu origem ao nome Ação Popular. que foi base do surgimento da organização de esquerda Ação Popular – AP. (SILVA, Também a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária- ORM- POLOP - teve forte enraizamento com quadros estudantis, intelectuais e operários. Entre seus intelectuais teve início o estudo da crítica da economia política, que no exílio desenvolveram a *teoria da dependência* (Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos). A vinculação dessa militância na

6 Expressões deste controle foi a avassaladora repressão sobre a Universidade de Brasília, a ilegalização da UNE/União Nacional dos Estudantes, o desmantelamento do Movimento de Educação de Base/MEB, o exílio do educador Paulo Freire, o fechamento das escolas vocacionais – núcleos de significativa experiências educacionais de secundaristas, a instalação de IPMS /Inquérito Policial Militar, com intimidação, processos e expulsão de universidades entre outras.

7 Situa-se nessa ofensiva, o Decreto Lei 477, de 1969, conhecido como o *AI-5 do sistema educacional*. Sobre a política educacional superior da ditadura há uma vasta bibliografia, cito, Góes e Cunha, 1985, Fernandes, 1979, Netto, 1991, Mota, 2014, entre outros.

experiência da ESS/UC também encontra-se em sistematização objeto de estudo de suas bases políticas e ideológicas.

Em 1968 deu-se a eclosão da greve operária de Contagem –no cinturão industrial da capital, a primeira depois do golpe, em claro confronto tanto à ditadura que cerceava a liberdade e autonomia sindicais, quanto a sua política econômica fundada na superexploração do trabalho (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Reivindicando aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreenderam o governo militar que foi obrigado a ceder. Movimento grevista que contou com apoio e solidariedade de estudantes, intelectuais, quadros da igreja católica e outras instituições⁸. No final daquele ano com o AI-5, a repressão ditatorial abateu as forças e movimentos de oposição articulada na região (BATISTONI, 2014). Nesta fase da pesquisa, encontra-se em elaboração a análise das relações estabelecidas pelas protagonistas da proposta da Escola mineira com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores, contribuindo para o adensamento dos estudos sobre a relação Serviço Social e movimentos sociais.

Essa dinâmica sociopolítica conjugou “para tornar Belo Horizonte um *topus* adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (PAULO NETTO, 1991, p. 262). Articula-se àquelas referências, o fato da experiência da escola mineira desenvolver-se em uma instituição universitária com condições relativamente favoráveis pela presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo aos docentes e discentes, espaço de resistência intelectual e política, ainda sem sofrer os controles da ditadura militar.

No protagonismo dos seus sujeitos, identifica-se um grupo de jovens profissionais, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga⁹, que assumira a hegemonia na Escola a partir de 1969, direcionando seu projeto de formação e exercício profissional no sentido de *romper com o tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas*, marcando

8 Repercutiam em Belo Horizonte e no cinturão industrial de Contagem a luta dos trabalhadores anteriores ao golpe de 1964, como a greve dos operários da USIMINAS em Ipatinga (1963) como forte repressão e assassinato, fato conhecido como o *Massacre de Ipatinga*. Movimentação também em outras cidades localizadas no no Quadrilátero Ferrífero mineiro – maior produtor nacional de minério de ferro, nas cidades de Ipatinga, João Monlevade, Itabira, entre outras (NEVES, 1995; VEN, 1987).

9 Entre essas citamos duas de suas expressões individuais, cujo protagonismo sócio organizativo e intelectual ultrapassaram a experiência da Escola de BH, Consuelo Quiroga - que foi também vice-diretora da Escola e Diretora do CELATS e Marilda Villela, recém-formada na Universidade Federal de Juiz de For/MG. Esse registro não dá conta das suas singulares contribuições posteriores.

uma inflexão na dinâmica de ensino da Escola e da profissão no país. A equipe de docentes assistentes sociais destaca-se a presença de alguma experiência e contato com práticas do serviço social rural, de educação popular vinculadas ao Movimento de Educação de Base orientada pela pedagogia de Paulo Freire, e de práticas institucionais de desenvolvimento de comunidade. Como se conhece, estas foram práticas profissionais relevantes que desde o final dos anos 1950, - um dos vetores dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social, apontando a possibilidade de vinculá-lo a projetos societários pertinentes aos interesses das classes trabalhadoras. Processo este que Netto (1991:136-142) analisou como a erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil, interrompido com a instauração da ditadura militar. Foram Também incorporados ao corpo docente jovens profissionais de outras áreas – filosofia, história, jornalismo, sociologia e ciência política – com aportes teóricos não só referências clássicas do pensamento social (em sintonia do que era já veiculado no âmbito intelectualidades das ciências sociais no país naquele contexto) mas, também de interpretações críticas do caráter do capitalismo brasileiro, da dependência latino-americana, bem como dos primeiras análise acerca do significado do golpe militar.

Tais mudanças implicaram em ações, podemos afirmar, em dois níveis. Primeiro em uma reestruturação do ensino teórico-prático, sustentada na análise crítica da Universidade Brasileira nos moldes do acordo MEC-USAID que operava a sua *refuncionalização* aos interesses da *modernização conservadora* do regime autocrático (PAULO NETTO, 1991, p. 53-68). Buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas "unidades de ensino e aprendizagem"/UAs, concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país. As UAs eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem/PSAs, articulando as UAs e o “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ ou ação profissional, realizadas semestralmente, ao longo de oito semestre letivos, contemplando conjunto de

disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais. Ainda por meio das "equipes de prática", articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional e apoiada em uma orientação interdisciplinar (com a incorporação dos docentes das áreas afins em suas devidas áreas de atuação e participação de "monitoria" de discentes concluintes), resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, cujos relatórios das "equipes de prática" e trabalho de conclusão (denominados trabalhos de estágio de campo) são demonstrativos (LIMA SANTOS, 1982; QUIROGA, 1973). Evidencia-se na proposta de reestruturação da formação a projeção de um perfil profissional com competência teórica, política e interventiva. Portanto, temos aí o eixo central da "formação de um profissional em que as capacidades técnicas estariam criticamente consteladas por uma sensibilidade política, respaldada informação teórica e disposição investigativa", conclui Paulo Netto (1991, p. 289) em sua análise a experiência da Escola mineira.

O outro aspecto importante é que experimentação das elaborações teórico-metodológicas foram conduzidas através da prática *de extensão universitária* – constituídas em campos de estágio, envolvendo esferas e organismos do poder público, como a Legião Brasileira de Assistência/LBA do estado de Minas, prefeituras e agências de prestação de serviços, diferenciando-se de outras propostas metodológicas exemplares da reconceituação em outros países latino americanos. Projetava-se desse modo, uma proposta para a prática profissional institucionalizada, contrapondo-se às críticas conservadoras ao movimento de reconceituação, que acentuam unilateralmente o seu caráter de mera denúncia do passado profissional e pelo suposto de sua negação da atuação dos assistentes sociais nos espaços profissionais (IAMAMOTO, 2015).

Destas articulações institucionais desdobra-se a estratégia de *interiorização* dos projetos de práticas profissionais nas referências teórico-metodológicas do "método BH", buscando operacionalizá-los tanto na capital, quanto em outras cidades importantes no contexto econômico e social mineiro, como Contagem, Itabira, João Monlevade, Itajubá e Formiga. A formulação do "Método Belo Horizonte", foi sistematicamente experimentada em Itabira, obedecendo a

critérios e controles previamente definidos, explicitando a delimitação do alcance “*processo metodológico*”¹⁰

Sabe-se que outras experiências levadas a efeito pela reconceituação no país ocorreram em instituições do mercado profissional de trabalho, merecendo destaque o Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), instituição oficial que incorporou a proposta do conhecido Método Belo Horizonte na atuação profissional dos assistentes sociais. Trata-se, portanto, de dar visibilidade a estas experiências de incorporação do “Método BH” em sua experimentação nos espaços sócio ocupacionais, como a do (INOCOOP) em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pelo resgate de sistematizações realizadas por Abramides et al (1984).

O projeto profissional da ESS/UCMG é expresso em grande parte no conhecido “Método de Belo Horizonte”, que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação em 1946 a 1970 – denominando-o como “Serviço Social Tradicional”, tomado como inadequado à realidade latino-americana. Critica-se a aparente “neutralidade” teórico-prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, conforme documentos. Põe-se em questão os elementos teóricos que, não revelados aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica, dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto”. A crítica se desdobra à importação de modelos teórico operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de

10 O detalhamento do processo metodológico e da pauta interventiva, sua síntese gráfica, bem como a avaliação posterior à experiência em Itabira encontra-se em Lima Santos (1985: 49-68). Ver também, o balanço de Santos e Rodriguez acerca do formalismo do processo metodológico, diagnosticado pelos autores como metodologismo – a explosão de uma época, característico não só não da proposta de Belo Horizonte, mas de várias propostas da Reconceituação latino-americana.

desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social.

Nesse sentido crítico estabelece a *contraposição* à perspectiva da modernização conservadora e a *recusa* ao conservadorismo reatualizado - processos em curso na dinâmica profissional brasileira, expressos seja nas sistematizações já citados de Araxá e Teresópolis nos conteúdos e pautas dos eventos, promovidos pelas entidades da categoria.

A equipe docente articula uma nova proposta ao nível da formação acadêmica e do exercício profissional, demarcando a definição de seus objeto e objetivos baseados no pressuposto de uma análise da sociedade brasileira. Considera que o *objeto* da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida” conectados ao *objetivo-meta*, “a transformação da sociedade e do homem”, através de *objetivos-meios*, “a conscientização, a capacitação e a organização”. Tais definições trazem profundos equívocos e limitações, em que pese o reconhecimento da tentativa de historicizar o objeto e objetivos profissionais, o repúdio à neutralidade e ao trans classismo típicos do tradicionalismo profissional. Carregam as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento atualizando as marcas messiânicas, no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da “pedagogia do oprimido”, inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos.

A formulação da estrutura teórico-metodológica a proposta do “método BH”, que não é possível apresentar nesse trabalho, parte de uma reflexão epistemológica (dirigida para a relação teoria prática) apresenta-se com formalismos e empirismos típicos da teoria da vulgarização marxista através de manuais, incorrendo em forte ecletismo. Identifica-se nas referências teóricas, a ausência das fontes originais do pensamento de Marx, sem base, portanto, na apreensão do método e das categorias centrais para o desvendamento das relações sociais. A proposta em discussão exemplifica o que Quiroga (1989) qualificou como uma “*invasão às ocultas*” do positivismo no marxismo incorporado no seu referencial teórico-metodológico. Como avalia Iamamoto (2015):

O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o "Método Belo Horizonte" explica aquela "invasão": o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de "marxismo-leninismo" na sua versão tida como "oficial"; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: "a prática como fonte de teoria", tal como ali é trabalhada.

No viés da tradição marxista que a proposta da Escola de Belo Horizonte incorporou, encontra-se suas debilidades e equívocos, o que a comprometeu, ainda mais considerando o destaque do rigor e consistência com que formulou o seu projeto de formação e exercício. Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil.¹¹ Assim, tornar-se eixo do estudo a análise das matrizes teórico-metodológicas que influenciaram esse projeto com destaque aos *marxismos* e sua repercussão nos processos de ruptura com o conservadorismo.

A experiência da Escola de Serviço Social da então UCMG, foi interrompida em 1975, no contexto de uma crise interna, não suficientemente esclarecida em seu processo, com a demissão de suas principais docentes formuladoras e dirigentes de escola, inviabilizando sua continuidade. O resgate da proposta de BH, reaparece no final dos anos de 1970 e início da década seguinte, em novas bases sociais e políticas no país, no contexto de crise da ditadura militar e da democratização que se abre, em especial com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica.

No Brasil, sob a ditadura militar ocorreu a consolidação da expansão monopolista com alterações no processo produtivo, na organização e aparato do Estado desdobrando-se para os aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade. Sob estas determinações e condições históricas constituiu-se o processo de renovação do Serviço Social, gestando um novo perfil

11 A superação crítica da proposição da escola mineira só poderia ocorrer pela apropriação do referencial do legado teórico-metodológico do legado marxiano, o que se deu uma década depois com a produção teórica de Yamamoto (1982) na sua análise do Serviço Social inscrito na lógica da produção e reprodução das relações sociais.

profissional através da consolidação de um mercado de trabalho nacional para as/os assistentes sociais; crescimento do contingente profissional; crescimento e inserção da formação no circuito universitário, sujeita às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação *stricto sensu* com produção científica, interlocução acadêmica com áreas afins, renovação dos quadros docentes, mercado editorial, reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos. (IAMAMOTO, 1998; PAULO NETTO, 1992).

A maturação acadêmica do Serviço Social brasileiro, iniciada sob as condições e amarras impostas pela ditadura civil-militar, adquiriu visibilidade no contexto da crise do regime, fazendo com que o Serviço Social vivesse *um descompasso*, como analisa lamamoto (1998), ao considerar que ao mesmo tempo que dispõe de condições crítica para dar o salto necessário para responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, não apresentava ainda as pressupostos teóricos críticos para sustentar uma auto-renovação. Numa chave analítica carregada da perspectiva de historicidade, lamamoto (2015, p.12) assevera:

Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão haviam amadurecido historicamente. Repô-las significaria potencializar os seus equívocos. [...] não restou outra alternativa senão um mergulho na pesquisa histórica aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas).

Este projeto de reconstrução e análise crítica do movimento de reconceituação na particularidade brasileira, inscreve-se neste esforço coletivo sustentado na perspectiva de articulação entre a história do país, a crítica e autocrítica do conhecimento e a profissão. Um desafio para a contribuição à tarefa inconclusa de adensamento dos fundamentos históricos e teóricos da profissão.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B.C. et al. (Orgs.). **Repensando o trabalho social**. São Paulo Cortez, 1984.

ALAYÓN, N. (Org.). **Trabajo social latino-americano: a 40 años de la reconceptualización**. Buenos Aires: Espacio Ed., 2005.

- ALAYÓN, N. (Org.). **Desafío al Servicio Social**. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- ALVES, M.H.M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petropolis: Vozes, 1987.
- ANTUNES, R; RIDENTI, M. Operários e Estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul/dez. 2007.
- BATISTONI, M. R. Organização Sindical Metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez: 2014, p. 68-84.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. **A universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega. 1979.
- GÓES, M.; CUNHA, L. A. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez. 1982.
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: _____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 201-250
- _____. LIMA SANTOS, L. Entrevista memória com Leila Lima Santos. **Serviço Social na América Latina: 1970-1980. Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: FASS/UERJ, n. 20, p.163-179, 2007.
- _____. 50 anos do Movimento de Reconceituação. **Anais...** Conferencia proferida no XXI Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social “La formación profesional em Trabajo Social: avances y tensiones em el contexto de América Latina Y Caribe A 50 años de la reconceptualización”. ALAIETS/AMIETS/ATSMAC. Aguas Calientes, México, 2015, [Mimeo].
- _____.; SANTOS, C. M. (Coords.). **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória**. Projeto de Pesquisa/UERJ: Rio de Janeiro, fev. 2016. [Mimeo].
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981
- LIMA, L.; RODRIGUEZ, R. Metodologismo: estallido de una época. **Acción Crítica**, Lima (Peru), n. 2, p.15-41, jul. 1977.
- LIMA SANTOS, L. **Textos de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1982.

- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PAULO NETTO, J. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez. n. 5, p. 59-75, 1981.
- _____. Ditadura e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. O movimento de reconceituação (40 anos depois). **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5-20, 2005.
- _____. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.
- NEVES, M. de A. **Trabalho e Cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- QUIROGA, C. (Org.). **Compendio sobre**: Metodologia para o Trabajo Social. Buenos Aires: Editorial ECRO, 1973a.
- _____. (Org.). **Compendio sobre**: Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social. Série ISI 5. Buenos Aires: Editorial ECRO, 1973 b.
- _____. **Uma invasão às ocultas**: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, L. M. M. R. da. **Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.
- STARLING, H.M.M. **Os senhores das Gerais**: os novos inconfidentes e o golpe militar. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VEN, M. M. L. Movimento Operário e Sindical (1972-1985). In: POMPERMAYER, Malori J. **Movimentos Sociais em Minas Gerais**: emergência e perspectivas. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1987. p. 25-51.